

Livros didáticos propiciam “jogadas malfeitas”

Uma montanha de 200 mil exemplares da “Nova Constituição para crianças” editada pela J.B. Indústrias Gráficas (JBIG) faz parte das nebulosas heranças guardadas no galpão da diretoria de apoio-didático-pedagógico da FAE no subúrbio de Maria da Graça, zona norte do Rio de Janeiro. Esses livros, bem, como 300 mil exemplares de “Amor à Vida”, de Arnaldo Niskier, (Block) e 150 mil da “Cartilha Ecológica”, (Nova Fronteira), foram encomendados sem licitação pela antiga diretora da FAE, Tereza Velho. Ela é irmã do editor Álvaro Pacheco. Tereza responde a inquérito na Polícia Federal.

A “Nova Constituição para Crianças”, foi entregue mas teve o pagamento sustado enquanto os outros casos permanecem indefinidos. Para o interventor da diretoria Edson Wagner, só as “jogadas malfeitas” foram descobertas. Crime perfeito ninguém descobre, diz ele.

De certo modo, está na categoria de crime perfeito a maquilagem a que foram submetidos

os livros didáticos, ao longo de todos os anos de atuação da FAE. Essa maquilagem permitiu o lançamento de novas edições “revisadas e aumentadas ou, então, o enquadramento na classificação de livros não descartáveis, lançada há alguns anos pela FAE. No primeiro caso, segundo a professora Maria Vitória Campos Mamede Maia, que defendeu tese de mestrado sobre Literatura Brasileira em Educação, são muitas as editoras que apenas mudam as cores das capas dos livros para justificar a atualização de edições.

Mas é na maquilagem dos não-descartáveis que ocorrem as maiores manifestações de desrespeito à inteligência do aluno. O educador e matemático Antônio José Lopes registrou, há três anos, alguns casos de flagrante maquiagem nos livros de matemática de Joanita de Souza (Editora do Brasil) para a 1^a série. A editora apenas imprimiu na capa o aviso “Não Consumível”. Isto obrigava os pequenos usuários a um esforço extraordinário de

compreensão pois a maior parte das atividades do livro obedecia a comandos como “ligue”, “preencha”, “desenhe”, ou “assinala” — todos proibidos pelo aviso: “não escreva nada no livro”, impresso em diversas páginas.

Na “Matemática da Emília” (Bloch), a criança é convidada a ligar com o dedinho os pontos da figura que deveria descobrir usando o lápis. Com este recurso, a editora enquadrou-se nas novas exigências do livro não-descartável.

Antônio Lopes mostra casos de livros praticamente iguais, usados como se fossem diferentes. José Rui Giovanni, (FTD), tem uma série chamada “A Conquista da Matemática” que é igual à outra, da mesma editora, chamada “Pelo Caminhos da Matemática”. Lopes garante que a página de um livro é a mesma do outro, seja qual for a série escolhida.

A pressa em oferecer um produto novo visa, no caso do livro didático, um mercado de 66,5 milhões de livros e Cr\$ 16 bilhões, em números de 1990.